

IMPRESSOS, LEITURAS DE PASSADO E CONFIGURAÇÕES DO ENSINO DE HISTÓRIA NO MST

Fernando Perli¹

RESUMO: Por meio de impressos produzidos e difundidos na organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), propõe-se a analisar representações de passado tecidas por lideranças sem-terra, intelectuais e entidades de apoio que delinearam um lugar para o ensino de História na organização do movimento social.

PALAVRAS-CHAVE: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Representações. Ensino de História.

ABSTRACT: Based on the reading of informative leaflets produced by and distributed within the organization of the Landless Rural Workers Movement (MST), this paper aims to discuss representations of the past developed by landless leaders, intellectuals and support organizations which have set a place for the teaching of history within the organization of this social movement.

KEYWORDS: Landless Rural Workers Movement. Representations. History teaching.

¹ Doutor em História – Programa de Pós-graduação em História – Faculdade de Ciências e Letras – Unesp (Universidade Estadual Paulista, Campus de Assis) Professor Adjunto na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) do curso de graduação e no Programa de Pós-graduação em História (PPGH/ UFGD), Faculdade de Ciências Humanas (FCH), Dourados, Mato Grosso do Sul – Brasil. E-mail: <fernandoperli@ufgd.edu.br>.

Introdução

Ao tratar do que fabrica o historiador quando “faz História”, Michel de Certeau apontou a prática que liga as ideias aos lugares sociais como um elemento articulador na elaboração de leituras de passado.² Nessa perspectiva, o “fazer História” pode ser entendido como um produto do trabalho de diversas instituições e grupos sociais em torno da construção de mecanismos de produção e difusão de representações para fundamentar condições políticas e culturais.

A relação entre lugar e método na operação historiográfica destaca-se na medida em que os procedimentos de análise e a produção de textos estão articulados ao meio em que se definem relações políticas que constituem grupos sociais. Mas como pensar lugar, método e pesquisa diante de movimentos sociais?

Em geral, os trabalhos sobre movimentos sociais sustentam-se pelo forte vínculo entre pesquisador e militância política num jogo de força do tempo presente. O comportamento militante do pesquisador, por décadas entendido como ideologia, deixou de ser objeto de estudo para se tornar algo implícito às interpretações que configuram a produção histórica. A evanescência da ideologia nos estudos históricos deu-se pela perda da condição de objeto de historiadores para se afirmar como modo de atividade da pesquisa histórica.³

As imprecisões das fronteiras entre pesquisa e militância em estudos sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) retratam as implicações políticas em objetos cujas delimitações são do tempo presente. Tais questões sugerem uma análise sobre o ensino de História no MST ou, mais precisamente, suas configurações a partir de narrativas destinadas à formação de quadros políticos, considerando as instituições envolvidas na produção de impressos voltados para escolas de acampamentos e assentamentos, a difusão de representações políticas e de

² CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. p. 66-67.

³ CERTEAU, 2000, p. 40.

propostas de um ensino de História sustentadas por experiências práticas do cotidiano de luta dos sem-terra. Apesar das ricas experiências de professores de História em escolas de assentamentos nos anos mais recentes demonstrarem o papel relevante ocupado pelo ensino de História na organização do MST, não se propõe neste artigo entender práticas ou saberes docentes, mas, sim, analisar configurações de leituras de passado que possibilitaram a formação de um campo de estudo da História no MST, nas décadas de 1980 e 1990, por meio de materiais impressos produzidos por entidades de apoio, simpatizantes e lideranças do movimento social.

Como recorte temático, apresentam-se definições sobre o conhecimento histórico na organização do MST; a setorialização do movimento social visibilizada pela produção de materiais didáticos com objetivos específicos no contexto de capacitação de quadros; a definição organizativa do *Setor de Educação* e as estratégias de intervenções em escolas direcionadas pelo MST por meio da elaboração e difusão de boletins e cadernos de *Educação*; e as discussões lançadas pelo *Setor de Educação*, por meio da coleção *Fazendo História*, sobre “o fazer História” com base nas vivências e expectativas dos estudantes sem-terra.

O estudo desses impressos aponta para a construção de leituras de passado do MST que se basearam nas interpretações sobre o cotidiano da luta dos sem-terra em suas múltiplas relações com experiências passadas, inseridas num contexto de construção da cultura histórica e de definições do ensino de História pelo *Setor de Educação* do MST. No processo de elaboração de diversos materiais que serviram para a aplicação de cursos internos e métodos organizacionais, desvendam-se representações políticas que, para serem difundidas e servirem como referências na formação de quadros, constituem uma cultura histórica do movimento social. Deve-se considerar que o saber histórico vem sendo vinculado não apenas pelos mecanismos escolares, mas por uma série de instrumentos pertencentes a grupos sociais que, em suas circularidades, perfazem a memória coletiva e definem identidades.

Impressos e configurações do conhecimento histórico na organização do MST

Dentre a vasta produção de impressos vinculados à formação e consolidação do MST, chamam a atenção os *Cadernos de formação*; cartilhas produzidas a partir da década de 1980 com o objetivo de difundir um conhecimento metódico da organização do MST junto às lideranças sem-terra que ministravam cursos de formação política.

Embora a trajetória de impressos destinados à organização dos trabalhadores rurais sem-terra datem de anos anteriores à fundação do MST, com a produção, a partir de 1981, do *Boletim sem terra*, convém atentar para o caderno *Reforma agrária com os pés no chão*. Lançado em edição especial e escrito pelo frade franciscano Sérgio Antônio Görden, em 1986, a cartilha delineou as primeiras posições do MST sobre a importância do conhecimento histórico na formação dos trabalhadores rurais sem-terra. Görden, integrante da Comissão Pastoral da Terra (CPT) do Rio Grande do Sul, religioso atuante na luta dos sem-terra desde o início da década de 1980, tornou-se referência nas discussões sobre a organização do MST e de outros movimentos sociais rurais, participando do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), do Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) e da criação do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Seu trabalho de assessoria nos movimentos populares do campo ganhou destaque com a publicação de vários livros.⁴ Embora *Reforma agrária com os pés no chão* tenha contribuído para a discussão sobre o papel dos intelectuais e entidades de apoio no MST, tendo em vista os debates arrefecidos sobre sindicalização e partidização do movimento social que colocou em cena inúmeras lideranças sem-terra, a relação entre teoria e prática estampou-se como um dos grandes problemas a ser enfrentado pelos apoiadores e lideranças sem-terra num período de definições organizativas do movimento social.

⁴ Dentre os trabalhos de Görden, podemos citar *A Resistência dos Pequenos Gigantes* (1988), *O massacre da Fazenda Santa Elmira* (1989), *Riscos dos transgênicos* (2000) e *Marcha ao coração do latifúndio* (2004).

Nesse contexto de organização em que se formou a Direção Nacional do MST em 1984, floresceu a necessidade de difusão do conhecimento da luta dos sem-terra, demandando um trabalho de incentivo à leitura e reuniões de grupos nas bases do movimento social. Assim, mesmo abordando conceitos complexos, a cartilha *Reforma agrária com os pés no chão* sugeriu aos sem-terra resistência perante as adversidades existentes na luta e, aos agentes de apoio – como jornalistas, padres, escritores, acadêmicos, professores e estudantes –, a preparação de materiais de fácil assimilação, capazes de incentivar a organização dos trabalhadores rurais. Görgen salientou que o material não tinha pretensão e nem preocupação acadêmica, devendo “ser apenas uma contribuição para um debate mais profundo e mais sistemático sobre a questão da Reforma Agrária”⁵ na formação política dos sem-terra.

O caderno ganhou espaço dentro do MST por abordar a “história do latifúndio e da luta pela terra”. Em sua composição, a História do Brasil foi entendida a partir das origens da “grande lavoura”, com a implantação das capitânicas hereditárias e do regime de sesmarias. Apesar de não citar estudos clássicos que interpretaram a formação do Brasil, o pensamento caiopradiano sustentou a primeira parte do caderno, por meio da luta de classes, os elementos da estrutura colonial e sua continuidade no desenvolvimento da sociedade brasileira.⁶ Prosseguindo, Görgen analisou a introdução da mão de obra escrava, a economia colonial de mercado externo, a vinda de imigrantes e o cativo da terra, numa evidente relação com os estudos do sociólogo José de Souza Martins.⁷

Sob a perspectiva da história da luta pela terra, índios, negros e mestiços foram inseridos em movimentos sociais – como os de Canudos, Contestado e Cangaço – para, assim, esclarecer a

⁵ CADERNO de formação. Passo Fundo: MST, n. especial, 1986, p. 3.

⁶ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 17.

⁷ MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004. p. 59.

organização dos trabalhadores rurais entre as décadas de 1940 e 1960. Estes últimos eram retratados pelas Ligas Camponesas, do Movimento de Agricultores Sem Terra do Rio Grande do Sul (Master) e da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab). Toda essa abordagem histórica, com característica didática, foi entendida por Górgen como “lições da História”, tendo como propósito a inserção do MST num espectro de lutas fundamentado no passado.

Para colocar os pés no chão é necessário também conhecer a história, as classes envolvidas e seus interesses, formular propostas, estabelecer táticas e formas de luta, identificar os inimigos e as forças concretas capazes de impulsionar a luta, estabelecer objetivos e estratégias políticas para alcançá-los.⁸

Em sentido inverso ao que Eric Hobsbawm definiu como “problema de rejeição sistemática do passado” em grupos sociais e políticos que viam na inovação tecnológica algo inevitável e “socialmente desejável”,⁹ a valorização e compreensão do passado da luta pela terra representavam a insatisfação reinante no MST contra um modelo de sociedade construído por fenômenos como a industrialização e a urbanização, em prejuízo dos trabalhadores do campo.

Conhecer a história significava situar-se na luta e no contexto político brasileiro. A compreensão e sistematização das experiências passadas de movimentos sociais de luta pela terra permitiriam adquirir capacidade de persuasão e identificação perante os grupos políticos envolvidos na questão da terra.

Em meados da década de 1980, os impressos do MST lançaram as primeiras posições da Direção Nacional sobre a importância da memória para a organização dos sem-terra. Embora o movimento social tivesse dificuldades de sistematizar os materiais impressos produzidos por entidades de apoio desde o

⁸ CADERNO de formação. 1986, p. 3.

⁹ HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

início da década de 1980, um trabalho de divulgação da “memória da luta do MST” foi feito pelos produtores do *Jornal sem terra* e dos *Cadernos de formação*, seja por meio da composição de uma seção específica do tabloide, ou por textos nas cartilhas de capacitação política que esboçaram no movimento social a relação da consciência histórica com a consciência organizativa.

Esse “apelo ao passado” notado por Hobsbawm em movimentos sociais cristalizou-se com a “invenção de uma continuidade histórica”¹⁰ por parte de reprodutores culturais, configurada por imagens, símbolos, mitos, utopias e ideias, algo similar ao que Jörn Rüsen denominou de “representação da continuidade”. Para o historiador alemão:

O elo da ligação do passado com o futuro, pelo presente, é forjado pela narrativa histórica com as representações de continuidade que abrangem as três dimensões temporais e as sintetizam na unidade do processo do tempo. Sem essas representações da continuidade, a memória do passado não poderia ser articulada com a interpretação do presente e com a expectativa do futuro, de modo que a memória seja efetivamente um elemento integrante da consciência humana do tempo.¹¹

Apesar da predominância de temas pragmáticos da organização dos sem-terra, o “apelo ao passado” ocorreu para justificar ações e posturas no cotidiano da luta. Além de tratarem de conteúdos históricos, os *Cadernos de formação* usados nos cursos de treinamento de lideranças sem-terra destacaram as qualidades que deveriam possuir os líderes camponeses – compromisso político, competência, respeito de base, fidelidade com a causa popular e da organização –, princípios que seriam fortalecidos com o conhecimento do passado dos movimentos sociais rurais.

¹⁰ HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 12.

¹¹ RÜSEN, Jörn. *Razão histórica*. Teoria da História I: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Ed. UnB, 2001. p. 64-65.

A setorialização do movimento social

A ampliação dos campos de atuação política do MST colocou em questão sua organicidade interna. Novas demandas exigiram de lideranças sem-terra e entidades de apoio uma delimitação de setores de trabalho. Na segunda metade da década de 1980, a organização dos setores de Comunicação, Formação e Educação deram nova dinâmica ao movimento social.

A setorialização contribuiu para dinamizar a produção de materiais impressos com finalidades específicas. O Setor de Comunicação formou-se a partir da manutenção do *Boletim sem terra* por entidades de apoio, de um sentido externo de solidariedade aos trabalhadores sem-terra para a produção do *Jornal sem terra* que se tornou porta-voz da Direção Nacional do MST. O Setor de Formação resultou de agentes de apoio e lideranças sem-terra que viram na política de assessoramento e de capacitação de quadros um importante instrumento de manutenção e consolidação do MST, o que possibilitou a produção e distribuição dos *Cadernos de formação*. O Setor de Educação surgiu de mobilizações contra o analfabetismo e pela permanência das crianças nas escolas em acampamentos ou assentamentos, sustentado por interesses que iam além da conquista da terra. Preocupados com a influência da educação no futuro do movimento social, trabalhadores rurais sem-terra do Rio Grande do Sul reivindicaram participação no processo educativo de seus filhos, o que envolveu ativistas, intelectuais, professores e lideranças sem-terra com a publicação de boletins, cadernos e coleções didáticas na área de educação.¹²

Com a conquista de escolas para vários assentamentos em meio às contradições da oficialização de instituições formais em ambientes de suposta ilegalidade e de conflito social – como era o caso dos acampamentos –, iniciou-se a reivindicação por professores com formação especial para educar crianças sem-terra. Uma educação diferente, baseada nas propostas dos pais

¹² CALDART, Roseli Salete. *Educação em movimento: formação de educadores e educadoras no MST*. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 63.

de que a escola deveria servir para o avanço da luta, não podendo haver separação entre o que acontecia nos assentamentos com o que deveria ser ensinado nas salas de aula. Exigiu-se, então, “uma nova formação para um professor novo”.¹³

Em busca de um curso de formação de professores comprometidos com a discussão das experiências populares realizadas no Rio Grande do Sul, o Setor de Educação integrou o projeto de uma instituição que se formava no município de Três Passos (RS). A Fundação de Desenvolvimento, Educação e Pesquisa (Fundep), instituída em 1989 mediante a articulação de movimentos sociais da região Celeiro com setores da Igreja Católica e grupos de educadores dispostos a empreender uma prática pedagógica progressista, defendia uma educação vinculada às necessidades e demandas de uma população regional organizada. Sem fins lucrativos e a serviço dos movimentos populares, a entidade educacional proporcionou um ambiente de reflexão sobre a educação rural. À necessidade de habilitar os professores do MST, juntou-se o interesse da Congregação Mantenedora da Fundep de ampliar o papel social da entidade. Aproveitando um seminário católico na zona rural de Braga (RS), cujas instalações e os 100 hectares de terra eram pouco utilizados, foi instalado o Departamento de Educação Rural (DER) da Fundep.

A manutenção do DER/Fundep, além de provir de bolsas de estudo das prefeituras da região, tinha o amparo da Igreja Católica por meio da CPT e de arrecadações das produções agrícolas de cooperados do MST. Por meio do DER/Fundep, foi elaborado e publicado um dos primeiros documentos sobre a educação nos acampamentos e assentamentos do MST. A cartilha *Nossa luta é nossa escola*, escrita pela pedagoga Roseli Salete Caldart e integrante do MST Bernadete Schwaab, enfatizou a história de formação do *Setor de Educação* no Rio Grande do Sul.¹⁴

Com recursos da Fundep e dos setores de Educação e Formação, o material tornou-se referência para a inserção da

¹³ CARTILHA DER/Fundep. Três Passos: MST, 1990. p. 17.

¹⁴ *Ibidem*, p. 17.

temática no *Documento básico do MST*, elaborado no VI Encontro Nacional do MST, realizado na cidade de Piracicaba (SP), em fevereiro de 1991, e que descreveu a importância de:

estabelecer relações com entidades e instituições educacionais próximas ao projeto político e pedagógico do MST, no sentido de viabilizar programas de capacitação dos professores e também, realizar intercâmbio para melhoramento crítico da proposta.¹⁵

O Setor de Educação agregou educadores de acampamentos e assentamentos, lideranças sem-terra e professores universitários com o objetivo de discutir, planejar e publicar materiais para a capacitação. Os encontros de representantes do setor tornaram-se frequentes na Associação Nacional de Cooperação Agrícola (Anca), entidade jurídica criada em 1985 para receber doações de organizações nacionais e internacionais, firmar parcerias educacionais e de formação política com universidades públicas e privadas, fazer convênios com prefeituras e governos estaduais, celebrar contratos de programas de créditos federais, assumir a administração financeira de materiais de divulgação e de educação de movimentos populares.

Foi na Anca que os setores de Educação e Formação aproximaram-se, pois a proposta de capacitação de educadores compreendia a tarefa formativa, função exercida pelos produtores dos *Cadernos de formação* desde 1984. Em 1991, uma equipe de integrantes dos dois setores, identificada coletivamente, lançou o *Caderno de formação* n. 18, intitulado *O que queremos com as escolas dos assentamentos*.

Na cartilha, os objetivos para a educação foram pontuados priorizando a preparação de lideranças sem-terra e o futuro da militância. Sindicatos, cooperativas de produção de bens e serviços, associações de bairros rurais e outros movimentos populares foram apresentados como grupos que agregariam valores para a formação da identidade sem-terra. A escola

¹⁵ CADERNO de educação. São Paulo: MST, n. 13, 2005, p. 30.

deveria ser o “lugar da vivência e desenvolvimento de novos valores” para alcançar uma consciência organizativa; o espaço de aprendizagem dos sem-terra deveria “preparar igualmente para o trabalho manual e intelectual”, ensinando a “realidade local e geral” e criando “sujeitos da história”. Para a equipe dos setores de Educação e Formação, a consciência organizativa estava relacionada à construção de “sujeitos históricos” por meio de comemorações de datas importantes da classe trabalhadora e do cultivo de valores como “o cuidado com a saúde, a livre expressão de ideias e sentimentos”.¹⁶

A função social do “fazer história”

Em meio aos impressos que trataram da relação entre formação política e educação no MST, uma proposta pedagógica para os sem-terra foi produzida pelo DER/Fndep e transformada em 1992 no *Caderno de educação* n. 1, intitulado *Como fazer a escola que queremos*. O material oferece-nos um panorama inicial do que se pretendia ensinar de História nos acampamentos e assentamentos. Nas bases do projeto pedagógico, o ensino de História relacionava-se à compreensão do assentamento por meio dos temas “Nossa luta pela terra” e “Nossa cultura e nossa história de luta”.¹⁷

Esses temas foram considerados elementares para se desenvolver um conhecimento crítico da realidade social. A memória da luta representava uma ferramenta para a construção de “sujeitos da história”.

Um povo que não tem memória não é capaz de fazer a sua história. Queremos que a escola crie oportunidades para as crianças irem conhecendo, reconhecendo e registrando a sua história, a história da luta de seus pais, a história de luta de outros trabalhadores. As crianças participam da luta pela terra. É preciso que elas entendam

¹⁶ CADERNO de formação. São Paulo: MST, n. 18, 1991, p. 3.

¹⁷ CADERNO de educação. São Paulo: MST, 1992. p. 39-42.

o porquê desta luta. Que carecem a conhecer desde pequenas o MST como um todo e os principais fatos e dados que rodeiam sua realidade específica.¹⁸

Com base nesse material didático, percebe-se que o “fazer história” significava construir uma consciência organizativa. Tomemos E. P. Thompson para entender que as experiências comuns entre os homens dão sentido e articulam a identidade e a “consciência de classe”, formas como essas experiências são tratadas em termos culturais, por meio de tradições, sistemas de valores e ideias.¹⁹ Assim, conhecer, reconhecer e registrar a história, além da prática social que constituía a memória coletiva, era o “fazer” enquanto habilidade para articular e produzir a consciência organizativa.

A memória constituía-se por testemunhos do presente de trabalhadores rurais sem-terra e pela apropriação, por parte de professores e de alunos, de experiências que eram transferidas para o universo escrito. Sua legitimação dava-se por depoimentos e práticas sociais que rememoravam eventos passados e traçavam relações com o cotidiano e o futuro das ações políticas.²⁰ A construção da memória coletiva do MST decorria do “fazer história” dos sem-terra, aprendizado que aproximava prática e teoria. Essa inter-relação de dimensões concretas e abstratas era considerada a base para a formação dos “sujeitos da história”, entendidos como aqueles que, ao usarem o poder político da memória, eram capazes de “fazer suas histórias” por meio do reconhecimento no grupo e da alteridade em relação a outros.

Uma memória cultural da luta pela terra, compreendida como parte da memória coletiva que fortalecia a identidade sem-terra, foi apresentada no mesmo *Caderno de educação*:

¹⁸ *Ibidem*, p. 39-42.

¹⁹ THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 10.

²⁰ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1994.

Que as crianças tenham a oportunidade de conhecer e refletir sobre os símbolos, as canções, as histórias do MST. Que possam sentir e pensar também sobre o lado poético e belo da luta de que participam; que alimentem seu potencial criador; que aprendam a se expressar cada vez melhor e que valorizem sua própria cultura: que se preocupem em entender o jeito de viver e de pensar de seus pais e que seus companheiros sejam estimulados a inventar novos jeitos.²¹

Enquanto espaço de produção de linguagens para fortalecer a dinâmica organizativa, a escola deveria estimular a vivência da fé e discutir a dimensão da religião na vida e na luta dos sem-terra. Além disso, os impressos ocuparam a função de instrumentos de construção e divulgação dos princípios organizativos do MST não apenas nas escolas, mas em diferentes lugares de memória e formação política do movimento social.

Apesar de o *Caderno de formação* n. 18 e o *Caderno de educação* n. 1 tornarem-se referências para o desenvolvimento de uma “escola diferente”, problemas metodológicos relacionados à prática como fundamento do aprendizado das crianças sem-terra foram percebidos pelo Setor de Educação e o DER/Fundep. Muitos professores que eram capacitados no curso de magistério de Braga (RS) apontavam dificuldades enfrentadas nos ambientes escolares por causa do arraigamento de práticas pedagógicas tradicionais entre os professores, o que gerava tensões no avanço de práticas de ensino inovadoras.

Em 1993, Roseli Salete Caldart escreveu *A importância da prática na aprendizagem das crianças*, com o objetivo de desenvolver uma estratégia pedagógica baseada nas experiências construídas nas escolas dos assentamentos.²² As metodologias de ensino que partiam da prática poderiam ser construídas com a compreensão e valorização do trabalho e da cooperação. Nesse sentido, ocupou papel importante na organização das escolas de acampamentos e

²¹ CADERNO de educação. São Paulo: MST, 1992. p. 39-42.

²² CARTILHA DER/Fundep. Três Passos: MST, 1993. p. 2-3.

assentamentos o *Boletim da educação*, impresso desde 1992 com o objetivo de apoiar o trabalho docente nas escolas. Sua distribuição era feita diretamente aos educadores como forma de orientar ações pedagógicas das equipes de educação das bases, enquanto os *Cadernos de educação* serviam ao conjunto da militância, como estudantes, pedagogos, professores universitários, integrantes do DER/Fundep, representantes de entidades solidárias, institutos de cooperação e ONGs.

Em meio a uma variedade de boletins educativos, chama a atenção o n. 4, *Escola, trabalho e cooperação*, escrito por Caldart e publicado em 1994. No texto *O MST e a escola do trabalho*, foi proposta uma educação para a cooperação agrícola que avançasse na viabilização da produção e do trabalho coletivo nos assentamentos, preparando “as pessoas para a cultura, ou para o jeito de viver socialista”. Uma cultura política, definida por Serge Bernstein como leitura de passado e projeção no futuro, numa “noção de conjunto e diversidade”,²³ constituiu-se por meio das diretrizes de uma “escola diferente” transformada numa “escola do trabalho”. Crianças, jovens e adultos deveriam ser educados como trabalhadores para transformar a sociedade. Conhecendo a “caneta e a enxada”, os estudantes teriam mais facilidade para afinarem “estudo e trabalho”, “teoria e prática”. A ênfase ao sentido social da escola, a educação para a cooperação agrícola, a capacitação para o trabalho, o “desenvolvimento do amor pelo trabalho no mundo rural” e a preparação das novas gerações para as mudanças sociais inseriam o projeto de educação do MST no ideário de construção de uma sociedade socialista.²⁴

Dessa forma, em 1995, num contexto em que as relações entre o trabalho, a escola e o “fazer história” constituíam uma engrenagem de organização, foi lançada a coleção *Fazendo História*. O Setor de Educação teve como proposta difundir esse material didático nas salas de aula das escolas de acampamentos

²³ RIOUX, Jean Pierre; SIRINELLI, Jean François. *Para uma História Cultural*. Lisboa: Estampa, 1998. p. 350.

²⁴ BOLETIM da educação. São Paulo: MST, n. 4, 1994, p. 2-15.

e assentamentos para servir de recurso pedagógico no estudo das experiências da luta pela terra no Brasil. Entre 1995 e 2001, foram publicadas cartilhas que abordaram as origens do latifúndio no Brasil, a história de Zumbi dos Palmares, as trajetórias de movimentos sociais rurais, a organização das crianças sem-terra, a importância de cultivar ideias e sonhos por meio da leitura.

Como parte integrante dos materiais didáticos do MST, a *Fazendo História* demonstra a riqueza de interpretações de intelectuais e lideranças do movimento social sobre o significado do passado e as possibilidades de se ensinar História para além dos procedimentos institucionais, fomentando a organização dos sem-terra e a construção de uma cultura política socialista. No período delimitado, a coleção foi composta pelas seguintes publicações: *A comunidade dos gatos e o dono da bola* (1995), *Zumbi: comandante guerreiro* (1995), *A história de uma luta de todos* (1996), *Ligas Camponesas* (1997), *Nossa turma na luta pela terra* (1998), *Semente* (2000) e *História do menino que lia o mundo* (2001). Sua proposta geral era incentivar a prática da leitura e da escrita na construção do conhecimento histórico, aqui entendido como a capacidade de o sujeito compreender e relacionar experiências humanas no tempo, sendo um material destinado para crianças, conhecidas como sem-terrinhas.

O primeiro volume da coleção foi composto por duas histórias: *A comunidade dos gatos* e *O dono da bola*. Os textos foram escritos por participantes do Curso Nacional de Pedagogia para professores de acampamentos e assentamentos rurais, realizado na cidade de Belo Horizonte (MG), em 1994. Com o objetivo de despertar o interesse dos alunos e trabalhadores rurais sem-terra pela leitura e escrita, a apresentação enfocou o conceito do “fazer história”, seja na prática da luta ou na interpretação do passado:

A coleção *Fazendo História* será composta por vários cadernos e cada um vai trazer um assunto diferente e todos eles terão que se preocupar em provocar o desejo, o prazer e o gosto pela leitura em nossas crianças e jovens. [...] *Fazendo história* é dirigido para quem está fazendo história.²⁵

²⁵ COLEÇÃO *Fazendo História*. São Paulo: MST, n. 1, 1995, p. 2.

Conhecer e “fazer história” significava situar-se na luta e no contexto político. Longe do emaranhado de datas e nomes, a proposta da coleção era despertar a consciência histórica por meio de leituras que gerassem efeitos de relação e remetessem os leitores às situações vivenciadas em acampamentos e assentamentos. A compreensão do passado era uma ferramenta para os trabalhadores rurais e crianças sem-terra localizarem-se na trajetória dos movimentos sociais e, mediante a sistematização desse conhecimento, acumular experiências, adquirir capacidade de persuasão e de identificação com grupos políticos envolvidos na questão da terra.

Com uma metáfora instigante, perguntas foram lançadas: “você conhece gatos, gatinhos e gatões? [...] você conhece tigres, tigrinhos e tigrões?”. Por meio delas, *A comunidade dos gatos* retratou a evolução da desigualdade econômica e social por meio da história de um gato que, diante das dificuldades enfrentadas pelo grupo, resolveu comer outros gatos e transformou-se num tigre que, para ser preso, dependeu da união dos demais gatos. Seu enredo sugere a transformação de comunidades coletivas em sociedades baseadas na escravidão e na propriedade privada, levando o pequeno leitor a pensar sobre a importância da organização coletiva para enfrentar os problemas de desigualdade social e dominação econômica.

Na segunda história do primeiro volume, *O dono da bola*, Daniel é um menino rico que tinha “do bom e do melhor: casa bonita, muitas roupas, muitos brinquedos diferentes, mas não tinha amigos e brincava sempre sozinho, fechado no quintal da sua casa”.²⁶ Com o objetivo de explicar o individualismo e suas consequências na organização dos trabalhadores, a história mostra Daniel aprendendo a superar seu egoísmo e entender que ser “o dono da bola” não tinha significado perante a capacidade de mobilização das crianças para organizar uma partida de futebol e demonstrar a importância do interesse coletivo.

²⁶ COLEÇÃO, 1995, p. 2.

Remeter os pequenos leitores à importância do interesse coletivo constituía um universo de defesa de “escolas plenamente coletivas” inspiradas na utopia socialista, assim defendida por Caldart:

Temos muitos sonhos. Sonhamos com a Reforma Agrária. Sonhamos com a terra em benefício de todos. Sonhamos com Cooperativas de Produção plenamente coletivas e os nossos assentamentos dando respostas econômicas e políticas para a classe trabalhadora. Sonhamos com uma escola diferente onde todos tenham os mesmos direitos e deveres. Igualitária e justa. Por isso, devemos sonhar também com uma nova educação. Uma educação libertadora, uma escola transformada. Uma escola democrática, formadora de pessoas humanas novas. Uma escola plenamente coletiva, laboratório de uma nova sociedade.²⁷

O sonho de uma educação libertadora dependia da consciência de transformação da história para ser realizado, o que fez a coleção recorrer às personagens históricas que representavam para o MST exemplos atuantes nas mudanças sociais. As metáforas da primeira cartilha cederam espaço para a narrativa sobre heróis da luta dos oprimidos na cartilha n. 2, lançada em março de 1995, com o título *1995: 300 anos de Zumbi*, tendo como autores os mesmos participantes do Curso de Pedagogia de Belo Horizonte (MG). Os mártires eleitos pelo movimento social passaram a integrar as propostas de enfoque da coleção com o objetivo de despertar a leitura dos sem-terrinhas.

A idealização do líder Zumbi para se compreender a luta dos sem-terra ganhou tons de mitificação, tendo o texto um claro objetivo de demonstrar sofrimentos para despertar a consciência histórica. Para Rüsen:

a consciência histórica se constitui também como constituição do sentido da experiência do tempo. Trata-se de um processo da

²⁷ CARTILHA DER/Fundep. Três Passos: MST, 1993. p. 14.

consciência em que as experiências do tempo são interpretadas com relação às intenções do agir e, enquanto interpretadas, inserem-se na determinação do sentido no mundo e na auto interpretação do homem, parâmetros de sua orientação no agir e no sofrer.²⁸

Interessante notar a construção da narrativa histórica sobre Zumbi dos Palmares na *Fazendo História*, na medida em que o mártir é consciente de suas ações e seus sofrimentos. Na apresentação, os propósitos são evidentes:

Vamos conhecer ainda, nessa viagem cheia de sofrimento, dor, luta, conquistas, perdas, a história de outros povos, de outros Zumbis na busca dos mesmos sonhos, dos nossos sonhos por terra, trabalho e justiça. Então, você que gosta de ler, que tem desejo e vontade de querer saber sempre mais e tem interesse de conhecer a história dos heróis trabalhadores, está convidado a mergulhar nesta história.²⁹

O discurso de valorização e construção do herói marcou o texto que abordou a morte de Zumbi numa leitura de passado em que o líder representava a contestação aos bandeirantes e aos heróis da história tradicional. Em trecho que apresenta contradições e sentido anacrônico, percebe-se o apelo ao herói numa clara situação em que a leitura de passado constrói-se por uma prática discursiva presente:

Ao vê-los Zumbi fica de pé e antes que possa falar é fuzilado. Zumbi joga sua espada para o alto e diz: vocês podem me matar, mas os ideais de liberdade vocês não matarão e grita: LI...BER...DA...DE. Junto com Zumbi gritou toda a natureza. A terra ecoa seu grito. A luta não morre jamais.³⁰

²⁸ RÜSEN, 2001, p. 59.

²⁹ COLEÇÃO *Fazendo História*. São Paulo: MST, n. 2, 1995, p. 4.

³⁰ COLEÇÃO, 1995, p. 2.

As representações do Setor de Educação do MST sobre Zumbi suscitaram uma discussão sobre a história da organização dos sem-terra, temática fortemente valorizada em texto que delineou uma proposta pedagógica para o ensino de 5^a a 8^a séries. Elaborado pelo Setor de Educação em 1995, o texto compôs posteriormente o *Caderno de Educação* n. 13, *Dossiê – MST Escola: documentos e estudos (1990 – 2001)*, e discorreu sobre os debates desenvolvidos no MST pela continuidade da escolarização de crianças e jovens de acampamentos e assentamentos organizados pelo movimento social. Pelo que se percebe, o impresso lançou pela primeira vez uma sistematização do MST sobre o ensino de História, objetivando:

que os alunos se situem no tempo histórico, compreendam as transformações das sociedades e ampliem o seu horizonte de conhecimentos gerais em relação ao seu mundo próximo, mas também em relação ao país e ao mundo, junto com geografia. Esta disciplina é espaço privilegiado de formação político-ideológica de caráter científico e voltado à compreensão da própria realidade.³¹

O lugar ocupado pelo ensino de História na proposta pedagógica enquanto área voltada para o desenvolvimento da formação política dos militantes deu outro rumo à coleção *Fazendo História*, que passou a tematizar movimentos populares de luta pela terra no Brasil e na América Latina. No volume 3, *A história de uma luta* (1996), foi apresentada a trajetória da ocupação da Fazenda Annoni por 2.000 famílias, em 1985, entre os municípios de Ronda Alta (RS) e Sarandi (RS). As ilustrações foram feitas por alunos da Escola 15 de Março, do Assentamento Nova Ramada, no município de Júlio de Castilho (RS), conciliadas a textos que analisaram a “vida antes do acampamento”, “a vida no acampamento”, “a vida no assentamento” e “a conquista da Escola 15 de março”.³²

³¹ CADERNO de educação. São Paulo: MST, n. 13, 2005, p. 152.

³² COLEÇÃO Fazendo História, São Paulo: MST, n. 3, 1996, p. 5-18.

Ao longo dessas narrativas, é perceptível uma preocupação com a consciência histórica dos leitores. Recorrendo novamente a Rüsen:

A narrativa constitui a consciência histórica ao representar as mudanças temporais do passado rememoradas no presente como processos contínuos nos quais a experiência do tempo presente pode ser inserida interpretativamente e extrapola em uma perspectiva de futuro. As mudanças no presente, experimentadas como carentes de interpretação, são de imediato interpretadas em articulação com os processos temporais rememorados do passado; a narrativa histórica torna presente o passado, de forma que o presente aparece como sua continuação no futuro.³³

O “fazer história” ganhou outros sentidos, seja como construção das ações dos trabalhadores rurais sem-terra num contexto de preocupação do movimento social com o desenvolvimento da consciência organizativa e da cidadania dos sem-terra por meio da participação em mobilizações coletivas, seja como um “fazer” por meio do ensino e da produção de materiais didáticos pelos próprios sem-terra, ganhando força o protagonismo nas articulações e estratégias de construção da memória do MST.

As tentativas de ampliar a interpretação do passado sem perder o vínculo de discussão com o presente ficaram evidenciadas na cartilha n. 4. Com redação e ilustração da militante Ana Claudia Pessoa, o material didático foi lançado em 1997, com o título *Ligas Camponesas (1955 – 1964)*. A história teve como protagonista o menino Joca, filho de Zefinha e Sebastião, participantes das Ligas Camponesas na década de 1960 e moradores do Engenho da Galileia, município de Vitória do Santo Antão (PE). As memórias de Joca sobre as Ligas e seu posterior envolvimento com a organização do MST, quando se tornou educador de jovens e adultos do movimento social na década de 1980, demonstram a preocupação da autora em relacionar experiências do tempo com a ação política dos trabalhadores rurais sem-terra.³⁴

³³ RÜSEN, 2001, p. 64.

³⁴ COLEÇÃO Fazendo História. São Paulo: MST, n. 4, 1997, p. 3-22.

Vale mencionar que a figura de Joca está no camponês que vivenciou as experiências da luta pela terra dos pais, construiu sua memória e identidade por meio das relações e envolvimento políticos que estabeleceu com o MST em décadas posteriores, enfatizando a importância da leitura na construção da consciência histórica enquanto consciência organizativa.

A prática da leitura que aqui se coloca tem relação com a formação da militância, já que a consciência dos sem-terra sobre a organização coletiva tem vínculos com experiências passadas. Um “conjunto de dispositivos” resulta da escrita e é desejado pelos autores que tendem a impor “protocolos de leituras”, colocando o leitor onde o autor deseja.³⁵

O envolvimento de professores universitários com a luta dos sem-terra e o desenvolvimento de projetos acadêmicos resultaram na organização da cartilha n. 5 da coleção *Fazenda História*, com o título *Nossa turma na luta pela terra* (1996). O interesse de lideranças sem-terra pelo despertar da leitura dos sem-terra teve apoio acadêmico, sob orientação dos professores Bernardo Mançano Fernandes (Unesp/Presidente Prudente) e Regina Sader (USP) e a colaboração de Ariovaldo Umbelino de Oliveira (USP). O trabalho de campo feito pelos estudantes da USP, Andréia Duarte e Carlos Alberto Feliciano, nos Assentamentos São Bento, em Mirante do Paranapanema (SP), e Nova Conquista, em Rancharia (SP), resultou em quadrinhos que abordaram a história de famílias que vivenciaram o êxodo rural da década de 1980, enfrentaram problemas econômicos e sociais nas grandes cidades e se identificaram na ocupação da Fazenda Santa Clara, na região do Pontal do Paranapanema.

Na apresentação do volume, escrita por Bernardo Mançano Fernandes, a construção da memória como mecanismo de construção da identidade sem-terra evidencia o que se pretende com a leitura:

³⁵ CHARTIER, Roger. *Práticas de leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996. p. 96.

Essas histórias marcaram as vidas das famílias sem-terra. Quando lemos as histórias, podemos perguntar: por que aconteceu essa luta? Por que participamos da luta? Esse é um jeito de conhecer melhor a nossa história e de construir nossa memória. Se perdermos a nossa memória, ou seja, a nossa história, perdemos a nossa identidade. A identidade é importante porque ela mostra quem somos. Ser sem-terra é ter uma identidade da qual todos devem se orgulhar.³⁶

O uso de ilustrações para ensinar História em escolas de acampamentos e assentamentos somou-se a outros instrumentos de leitura, que encerraram o ciclo da coleção *Fazendo História*. Nos dois últimos volumes, publicados em 2000 e 2001, *Semente e História do menino que lia o mundo: Paulo Freire*, a relação entre “o fazer história” e a leitura na construção da cidadania e na formação da militância ganhou o apoio do professor Carlos Rodrigues Brandão, que retratou a luta dos sem-terra por meio de poemas e a trajetória de Paulo Freire numa extensa cartilha.

Conforme orientação de estudo na apresentação da cartilha n. 6:

Cada um de vocês vai ler com bastante atenção e carinho todas as páginas deste livro. Talvez precise ler mais de uma vez, pra que a poesia vá entrando devagarinho em seus olhos e em seu coração... Depois, vai fazer a sua poesia, escrever seus poemas sobre o que sentiu e entendeu sobre a Semente.³⁷

Como parte das ações para desenvolver nos leitores o interesse pelo passado, o protagonismo na construção da memória defendido por lideranças sem-terra teve resultados com a elaboração de poemas de alunos que retrataram suas trajetórias e expectativas futuras. Grande parte desses trabalhos foi enviada para o professor Carlos Rodrigues Brandão, que, em retribuição ao resultado de *Semente*, escreveu sobre a vida de Paulo Freire.

³⁶ COLEÇÃO Fazendo História. São Paulo: MST, n. 5, 1998, p. 2.

³⁷ COLEÇÃO Fazendo História. São Paulo: MST, n. 6, 2000, p. 7-8.

Na apresentação da cartilha n. 7, os integrantes do Setor de Educação descreveram a importância da leitura para despertar o interesse pela História e fortalecer projetos coletivos. O trecho a seguir demonstra o conhecimento histórico difundido na organização do MST para além dos espaços escolares, apontando para uma análise que ainda se faz necessária sobre a cultura histórica do movimento social. A história é enfatizada “como uma história com ‘h’ na frente”, numa tradicional separação com o que se afirma “estória daquelas inventadas”. Sobre a relação entre leitura, conhecimento histórico e capacidade de organização política, o Coletivo Nacional de Educadores e Educadoras do MST apresentou uma proposta de leitura:

que tal a gente ler este livro junto com outras pessoas, numa roda de leitura, onde cada um lê uma parte em voz alta, e os outros vão acompanhando com os olhos e os ouvidos? [...] O importante é combinar um tempo em que todos possam parar para ler e aproveitar bem a leitura. [...] Daí vocês sentam numa roda, de um jeito bem confortável, no chão, num banquinho ou onde for e começam a leitura, bem bonita, pra todo mundo escutar. Podem parar de vez em quando e conversar sobre o que estão achando da história.³⁸

Como se vê, a leitura desses materiais foi apontada por lideranças do MST como um dos elementos essenciais para alcançar uma sociedade democrática e socialista. Isso se refletiu até nas práticas de leituras propostas pelos autores, com forte apelo às práticas coletivas. Considerava-se que por meio dos estudos, posições e argumentos, seriam produzidos efeitos de um convívio, base de um mundo socialista. Os assentamentos deveriam ser valorizados como espaços de elaboração dessa cultura política, em que a identidade sem-terra seria manifestada nas relações sociais e na valorização dos estudos, ocupando a análise de experiências passadas um lugar relevante na formação da militância.

³⁸ COLEÇÃO Fazendo História. São Paulo: MST, n. 7, 2001, p. 6.

Referências:

FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.